

29 AGO 1981

O ramerrão de sempre

Economia - Brasil

Os programas econômicos sucedem-se de choque em choque e os planos de corte de despesas se acumulam. Os problemas, entretanto, subsistem, inalterados. A pressão do setor público sobre a base monetária vai aumentando constantemente, e cada novo ministro da Fazenda cuida apenas de conceber novas fórmulas para financiar seu déficit e novos argumentos para justificar o estouro.

Não nos decepcionaram as medidas que acabam de ser tomadas pelo governo. Sabíamos, de antemão, que dificilmente poderiam ser diferentes e, além disso, acreditamos na boa vontade do ministro Bresser Pereira. Esperamos apenas que ele não se iluda quanto ao resultado dessas medidas.

De um governo enfermado pelo mal da Constituinte não se pode esperar que, nos quatro últimos meses do ano (meses decisivos no plano político), consiga reparar os danos de oito meses. O importante é não cair no cinismo e não brincar, e contemplar a situação com realismo. Por haver decretado somente agora medidas de contenção — ainda muito tímidas, sem dúvida —, o governo não pode pretender sanar a situação, mas apenas impedir que se agrave. Se o conseguir, terá obtido já um grande sucesso, embora deva saber

que muito em breve será submetido a provas de fogo.

Para aquilatar os efeitos das medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda, temos de basear-nos apenas nos resultados do primeiro semestre, os únicos que são conhecidos. Não há dúvida de que são inquietantes. O déficit, avaliado à luz das necessidades de financiamento do setor privado, chegou a 2,2% do PIB (contra 1,4% no correspondente período do ano passado), mas o governo tenciona mantê-lo em 3,5% até o fim do ano. Sabe-se que, normalmente, os gastos se concentram no fim do ano. Mas, com a votação do novo texto da Constituição, o País não estará, então, em condições normais. O que mais nos preocupa, todavia, é que em julho e agosto (apesar da majoração das tarifas de serviços públicos e dos preços controlados diretamente pelo governo) o crescimento da base monetária mostrou que o déficit público estava aumentando. A situação é particularmente grave no âmbito das empresas estatais, que acusaram no primeiro semestre um déficit equivalente a 1,4% do PIB, enquanto a meta correspondente ao ano inteiro é 1%. Não se pode pretender, pois, estancar o déficit, mas apenas reduzi-lo. O projeto Hércules não deveria ser apresentado ao Congresso, mas à Secretaria do Tesouro.

Outrossim, nas medidas recentemente tomadas pelo governo não notamos fatores aptos a diminuir o déficit. Se forem cumpridas (o que seria, no Brasil, uma revolução histórica...), servirão, no máximo, para evitar uma explosão maior.

Logo, poderemos avaliar o potencial de fogo do ministro da Fazenda. Anuncia ele uma política salarial austera no tocante aos reajustes salariais dos servidores das empresas estatais. Esses reajustes não poderão ser superiores à inflação, inflação medida pelo governo e por seus índices oficiais, respeitando as regras do Plano Bresser e com o sistema da correção pela URP. Na próxima semana, saberemos se os reajustes dos empregados do Banco do Brasil seguirão a mesma regra...

O governo fixou normas bastante rígidas atinentes à expansão das operações da Caixa Econômica Federal, do BNDES e do Banco da Amazônia com o setor público, congelando-as ao nível de 30 de junho, o que significa que deverão, agora, acusar redução. Medidas análogas foram tomadas para impedir o crescimento do endividamento do setor público por via de operações que escapam ao controle do governo.

Se a nova política for respeitada,

as empresas públicas e os municípios sofrerão um aperto que poderá provocar recessão. Duvidamos de que o governo tenha a coragem de aceitar passivamente tal situação. Mas já podemos estar certos de que quem vai padecer mais com esta austeridade é o setor privado, convertido em banqueiro do setor público, que não pagará seus fornecedores e empreiteiros e, com isso, ampliará sua dívida. Não encontramos, no rol das novas medidas, nenhuma que obrigue o setor público a honrar seus compromissos. Aliás, já muitas vezes deixou de honrá-los, não remetendo ao Banco Central os cruzados correspondentes ao serviço de sua dívida externa.

Os marajás certamente sorrirão ao saber das medidas tomadas contra eles: os limites de ganho já existiam e nunca foram respeitados. O ministro da Fazenda renunciou a seu poder de dar, numa atitude generosa, mas que deixa talvez a esperança aos que imaginaram que poderão apresentar seus pedidos diretamente ao presidente da República.

Temos uma política do *déjà vu*. Esperamos apenas que impeça, pelo menos, que o déficit escape inteiramente ao controle do governo, como já ocorreu no terreno da política monetária.